



10º Congresso de Pós-Graduação

COLÉGIOS JESUÍTICOS NO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII: ADMINISTRAÇÃO DOS BENS TEMPORAIS A SERVIÇO DOS BENS DIVINOS

Autor(es)

ANTONIO IVAN CESSO

Orientador(es)

JOSÉ MARIA DE PAIVA

1. Introdução

Os jesuítas, sempre polêmicos e atuais, envoltos entre lendas e mitos, verdades e mentiras, poder e glória, fizeram parte da educação brasileira por mais de dois séculos. Concomitantemente foram se mostrando exímios administradores, quer pela necessidade de sobrevivência da Ordem, quer pelas habilidades educacionais e culturais que estavam enraizados. Criados dentro de uma severa disciplina e obediência total à Igreja Católica, foram os responsáveis não só pela evangelização dos gentios como pelo trabalho de colonização e expansão das terras portuguesas. Foi importante, portanto, embrenhar nas origens do Brasil colônia, começando por Portugal, sua estrutura sócio-política e sua religiosidade; seu mercantilismo, dentro dele as grandes navegações; a origem da Companhia de Jesus, cerne de todo estudo; a vinda para o Brasil da Ordem e finalmente a capacidade de enfrentar as dificuldades pertinentes à época através da administração de seus bens, diante dos objetivos a serem desenvolvidos, por incumbência direta da Coroa portuguesa (Cesso, 2011).

2. Objetivos

Este estudo fez uma análise das atividades jesuíticas em terras brasileiras, no tocante aos bens materiais que a Companhia de Jesus dispunha diante de si como forma de sustentáculo para o desenvolvimento de sua atividade humana em prol de uma atividade divina: a grande diversificação de negócios e empreendimentos, a forma de administração e a utilização desses recursos como fonte principal de subsistência.

3. Desenvolvimento

A construção de uma base sólida para as missões nas novas terras era de capital importância, com igrejas, residências e principalmente os colégios, para captação de recursos necessários para o sustento dos sacerdotes e estudantes, dentro do projeto de salvação das almas. Diante desse projeto houve a necessidade da conquista de favorecimentos, doações e benefícios diante da coroa e de particulares, que já era comum à Igreja. Foram dessa forma, os jesuítas, acumulando um patrimônio vultoso, onde reunia engenhos, fazendas, terras, estaleiros, casas de aluguel que levaram os jesuítas a realizarem negócios chamados temporais, já que desses resultados dependiam toda sobrevivência do grupo inaciano. Por isso a construção de um colégio era primordial para a captação de recursos e sua funcionalidade se baseava numa consolidação de patrimônios (Assunção, 2004). Na época em questão, o Colégio era concebido como um suporte para as missões. Compreendia todas as propriedades jesuíticas, como a igreja, as casas, engenhos e demais terras que fizessem parte dessa conjuntura, denominada Província. Era, portanto, o agrupamento de diversos estabelecimentos, que objetivavam para uma administração mais segura e eficaz, semelhante as atuais divisões eclesiásticas de territórios e dioceses. No Brasil Colonial, a primeira Província foi a Província do Brasil e depois a Vice-Província do Maranhão, também denominada de Grão

Pará e Maranhão. A Vice-Província ainda não é uma Província completa e autônoma no sentido pleno da palavra. Cabe aqui o apoio decisivo aos iniciantes missionários da Província Mãe, sendo que no caso brasileiro era a Província de Portugal (RABUSKE, 2005). Tinha caráter de cunho jurídico. A princípio, foram constituídos três grandes colégios: Colégio da Bahia, Colégio do Rio de Janeiro e Colégio de São Paulo. A sociedade da época precisava do Colégio, já que o mesmo "sustentava" o jeito de ser português. (Paiva, 1982). As práticas adotadas pelos jesuítas eram as mesmas utilizadas pelos colonos da época. Eram comuns os grandes latifúndios, já que o número de habitantes nessa época era pouco e não havia assim necessidade de comércio local; o solo não era recuperado e o maquinário era precário. Também era interessante a criação de gado para uso na agricultura. A administração, portanto, dos bens deveria ser para a garantia de lucros que possibilitassem a sobrevivência dos colégios, não valendo um bem pelo simples fato de possuí-lo e sim, de torná-lo útil para a Companhia em si. (Assunção, 2004). Em certos momentos apresentaram habilidades na administração dos negócios, controlando e gerenciando todo complexo diversificado de suas estruturas, que envolvia uma gama muito grande de atividades, como os canaviais, os engenhos, o cultivo das terras, a compra de materiais, os trabalhadores assalariados e escravos, o trâmite da produção do cultivo até o embarque desses produtos, mostrando destreza e se adequando aos recursos naturais e às estruturas coloniais pertinentes à época. A administração foi direcionada em normas fixas para que as tarefas tivessem um fluxo normal e não dependesse de análises superiores, que demorassem ou mudassem o rumo de suas necessidades. Já em outros momentos, apresentou problemas de insolvência, alegando problemas climáticos, ou a queda de preços dos produtos, em especial a flutuação do açúcar no mercado europeu. Dificuldades tiveram com o trato com os escravos, solos não recuperados e falta de aptidão de muitos membros da ordem ou até mesmo pela velhice de outros, que não tinham mais condições de levarem adiante os empreendimentos e não eram substituídos (Assunção, 2004).

4. Resultado e Discussão

Muitas faturas jesuíticas apresentaram prejuízos, sendo que o patrimônio podia ser grande, mas não apresentavam liquidez para saldar seus compromissos. Independente disso, esse crescimento patrimonial levou a conflitos com os moradores da colônia, primeiro devido a utilização da mão de obra indígena, condenada pelos jesuítas e depois pelos favorecimentos e isenções que dispunham perante a Coroa. Esse conforto material era palco de inveja de muitos, quer pela forma de vida que levavam, quer pela prosperidade dos engenhos e fazendas, com benfeitorias. O nascimento de um colégio estava, portanto, ligado a uma estrutura de apoio para novos campos missionários (Assunção, 2004). O acúmulo de riquezas e a grande influência política, tanto em Portugal como nas terras brasileiras e benefícios diversos levaram funcionários reais a se preocuparem com tal situação, começando inúmeras acusações contra os jesuítas pelas práticas utilizadas, concomitantemente com as acusações dos colonos (Assunção, 2004).

5. Considerações Finais

Fundamentos teóricos e espirituais foram sempre o cerne de seus desafios, que eram crescentes. A organização racional, lógica e estruturada eram marcas indelévels de suas decisões, principalmente nos negócios do mundo, quando não pelas necessidades de atribuir o poder e a violência (Cesso, 2011). Nota-se que a riqueza e os lucros não foram apurados em nenhuma instância. A proximidade com os governantes e poderosos propiciaram toda essa aparente riqueza e modo de viver: "Foram, por um lado os próprios jesuítas que procuraram as relações com os reis e príncipes, que dispunham de poder e domínio, foram, por outro lado, os soberanos e regentes que se aproximaram dos jesuítas e recorreram aos seus serviços" (Mainka, 2011). As práticas jesuíticas na administração temporal foram marcantes no início do Brasil colonial, que nos serve de mostras para novos estudos e aprofundamentos, principalmente na forma de contabilizar e mensurar seus negócios. E o novo mundo, catalisado pela sua forma de viver e de pensar foi meticulosamente marcado pelos seus ensinamentos e pelas características de agir, de criar e atuar dentro de uma administração temporal, sempre para a glória de Deus. Ou melhor, para a maior glória de Deus. Conforme Cristóvão Colombo, a vida tem mais imaginação do que carregamos em nossos sonhos (Cesso, 2011).

Referências Bibliográficas

ANGELO, Leonardo Bassoli. Santa Cruz: uma fazenda jesuítica na economia brasileira (1589-1759). Projeto de pesquisa Unidades de produção jesuíticas, séculos XVI-XVIII. Trabalho apresentado no XIV Encontro regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio, 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A Terra dos Brasis: A Natureza da América Portuguesa Vista Pelos Primeiros Jesuítas (1549-1596). São Paulo: Annablume, 2001.

_____. Negócios Jesuíticos O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos. São Paulo: Edusp, 2004.

CATÃO, Leandro Pena. O Império Jesuítico: um olhar sobre a evolução patrimonial da Ordem na América Portuguesa. In: Sacriflegas

Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CESSO, Antonio Ivan. Colégios Jesuíticos no Brasil nos séculos XVI e XVII: Administração dos bens humanos a serviço dos bens divinos. Tese de Mestrado. Unimep, 2011.

LACOUTURE, Jean. Os Jesuítas 1. A Conquista. Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 1.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. V. III, IV e VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950.

MAINKA, Peter Johan. Resenha Jesuítica. Universit Würzburg/Alemanha, 2011.

PAIVA, José Maria de. Colonização e Catequese. São Paulo: Cortez, 1982.

RABUSKE, Arthur. Apontamentos de uma Leitura do Livro Negócios Jesuíticos, de Paulo de Assunção. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2005